

## UM OLHAR CRÍTICO-REFLEXIVO SOBRE O EDITAL DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO DE 2017

---

**Andreia Machado Castiglioni de Araújo**  
(PROFLETRAS/UEFS - Mestrado)

### INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA

**Andreia Machado Castiglioni de Araújo** é mestranda do PROFLETRAS pela Universidade Estadual de Feira de Santana. (UEFS). E-mail: deacast@gmail.com.

O edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2017) traz à reflexão parâmetros e diretrizes elementares para a produção de material didático que respeite a legislação brasileira, os princípios éticos e morais, e busquem garantir o pleno desenvolvimento do educando para o exercício pleno da cidadania e da criticidade. Essa preocupação, em assegurar a qualidade do produto que será encaminhado à instituição escolar, demonstra o seu enfoque quanto aos critérios globais inerentes à necessidade real e atual da educação pública nacional.

Se formos nos debruçar à própria Constituição Federal do Brasil (1988), veremos que essa traz como base para o ensino escolar (em especial os artigos 205 e 206/CF-1988), a gratuidade na prestação dos serviços, unida a uma gestão democrática, bem como, a igualdade de acesso e permanência nesse ambiente, a liberdade para aprender e ensinar, a pluralidade nas concepções pedagógicas a serem compartilhadas em classe, além da garantia do padrão de qualidade vigente para um bom desenvolvimento educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), em seu artigo 3º, corrobora com esses preceitos e os complementa ao enunciar a importância da tolerância (a concepção de respeito ao outro), a valorização das vivências extraclasse e a vinculação do estudo às práticas sociais.

Aponta-se, neste edital PNLD/2017, como direito do cidadão, o acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, e sua concretização ocorre através da educação e de uma formação escolar que segue os pontos anteriormente elencados. Nesse caso, destaca-se o respeito ao princípio da liberdade e da solidariedade, o preparo para o

exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Essa formação de um estudante (e futuro cidadão) participativo, consciente, crítico e criativo está sedimentada em um trabalho atento e estimulador das múltiplas habilidades cognitivas. Não é incentivada a mera repetição ou memorização sem sentido da teoria, no entanto, almeja-se uma motivação prévia para a construção de um conhecimento significativo e que esteja inserido nos aspectos reais das práticas sociais do aluno.

Há que se pautar como relevante a discussão a esses parâmetros nos livros didáticos, e posteriormente, abrir-se para a reflexão e discussão dos professores que irão utilizar esses materiais em suas respectivas salas de aula. O edital prevê alguns pontos necessários a serem oportunizados nessa produção e congruentes às leis vigentes, como: a apresentação de informação precisa e atualizada com linguagem adequada; a busca pelo desenvolvimento da formação cidadã (criticidade); a contribuição positiva na mediação do docente e suas práticas pedagógicas; a promoção positiva de figuras sociais (mulher, idoso, afrodescendente, indígena, homem do campo, etc.), apoiando seu protagonismo social e valorizando a diversidade; a tentativa de traçar aspectos transversais que perpassam por todas as disciplinas, como um modo de interação entre os sujeitos desse meio; o uso de um projeto gráfico estimulante e inclusão de conteúdos digitais, trazendo ícones de atividades (como símbolos de áudio, imagem, etc.) no livro impresso que remetam ao abstrato tecnológico; entre outros.

No que concerne ao item específico da disciplina Língua Portuguesa, nesse documento temos que os anos finais do ensino fundamental priorizam a formação do perfil do aluno e a busca por adequação à sua demanda social. Espera-se que o educando tenha alcançado, nos anos anteriores, um processo de letramento e alfabetização condizentes com os padrões linguísticos dessa série, abordando práticas tanto orais quanto escritas. Os anos posteriores (do 6º ao 9º ano) trazem como eixo norteador a ampliação da capacidade leitora e escritora desse indivíduo, aperfeiçoando sua reflexão quanto à linguagem exposta da língua materna ao desenvolver os usos formais e informais, bem como sua autonomia no estudo, no ato comunicativo e no exercício da cidadania.

Ainda, há que se destacar o estímulo à fruição estética e literária nos textos que forem apresentados ao alunado, tornando-os proficientes no uso dos gêneros discursivos em situações contextualizadas (jamais o uso do “texto como pretexto”), compreensivos quanto à variação linguística e à diversidade dialetal no extenso território brasileiro, e atentos à funcionalidade social da descrição gramatical da norma culta padrão. Os aspectos que divergem dessa abordagem são configurados como critérios eliminatórios para a seleção desse material, especialmente no tocante à exposição de detalhes inadequados ao nível de escolarização, o uso de ‘pseudotextos’ ou fragmentos que não

possuam unidade de sentido global, ou ainda, que abordem uma homogeneidade irreal (contraposta à realidade brasileira heterogênea).

Há que se optar pela inclusão de textos da tradição literária nacional, desenvolvendo estratégias de leitura e escrita pertinentes ao público, com apresentação de inúmeros gêneros textuais e uma diversidade de estratégias para garantia da progressão nos estudos. É válida a busca pela extensão do domínio da oralidade (ainda pouco abordada em muitos materiais didáticos), oportunizando ao aluno ir além dos limites do livro físico, articulando inúmeros conhecimentos linguísticos em situações reais de uso, abordando, inclusive, as variedades regionais e sociais visualizadas em seus contextos locais.

Quanto ao Manual do Professor, sabemos que se trata de um instrumento importante para subsidiar o planejamento do profissional da educação, ampará-lo durante a aula e, também, orientar um possível estudante que almeje um estudo autônomo. Ele não deve ser um mero receptáculo de respostas prontas, mas, na verdade, deve explicitar com clareza os pressupostos teóricos e metodológicos que ampararam a produção didática, além de possibilitar articulação com outros materiais (impressos e multimídia), de modo a atualizar o professor na sua formação e dar pauta à avaliação do resultado do ensino.

Diante desta exposição, podemos fazer algumas observações inquietantes quanto ao documento exposto. Uma sugestão diz respeito à ampliação dos conteúdos digitais. O uso de multimídia, limitado ao material correspondente no impresso, diminui o interesse do alunado em acessar o anexo midiático, por saber o que irá conter esse produto. Algumas maneiras de estimular a interatividade são possibilidades de ir além da demonstração do impresso e aprofundá-lo com conteúdos adicionais relacionados à temática, através de links de sites afins, como também a aplicação de ensinamentos alternativos (áudios, vídeos, animações, etc) e uso de conteúdo inter/transdisciplinar. Ainda, podemos sugerir, além do funcionamento *off-line*, a oportunidade de atualização do material midiático e do manual do docente *on line* para facilitar sua modernização.

Outro detalhe está voltado à necessidade de especificidade nesse material didático. Sabemos que se torna complexo abordar a diversidade de todo o território brasileiro, vistas sua amplitude e sua singularidade em cada comunidade, no entanto, pode-se abrir portas para um espaço de autonomia pedagógica, trazendo o “local” em destaque. Deve-se ter cuidado para não transparecer posturas que confirmem posicionamentos arcaicos e absolutistas, que atestem o “status quo” da sociedade vigente. Há que se apresentar o que está à margem, pois ele também faz parte daquela cultura e daquela história. Há que se enxergar o global unido ao local, possibilitando ao alunado se enxergar, verdadeiramente, nas páginas (ou mídias) em seu ambiente escolar, se

aceitando como parte de um contexto mais geral e se percebendo como significativo no âmbito social. No entanto, essa aparição não deve ser restrita a poucas seções específicas, como por exemplo a variação linguística, mas carece de ter sua presença multiforme e em situações diversas das comumente esperadas.

Por fim, entendemos que, ainda que surjam necessidades de ampliações e melhorias nos materiais que serão produzidos para as escolas públicas de nosso país, a proposta de sistematização e universalização desses produtos já demonstra um relevante caminho de reflexão e apoio à prática educativa, priorizando a gratuidade, a qualidade, a regularidade e a sistematização em respeito ao pluralismo de ideias e às diversidades presentes em nosso contexto nacional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, LDB. Lei 9394/1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >.

BRASIL. Ministério da Educação. (2017). **Guia de livros didáticos PNLD 2017: Língua Portuguesa**. Ministério da. Educação. Brasília: MEC.

Título em inglês:

**A CRITICAL-REFLECTIVE LOOK AT THE EDITOR OF THE 2017  
NATIONAL BOOK PROGRAM**